

# Sindijus-PR vai pedir pagamento dos atrasados da URV

Decisão do Tribunal de Contas diz que Lei de Responsabilidade Fiscal não impede implantação

O Sindijus-PR analisou o Acórdão do Tribunal de Contas, onde os conselheiros daquele tribunal reconheceram que a implantação da URV aos servidores do Poder Judiciário do Paraná não fere a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Na análise, a direção do Sindicato entendeu que a decisão

do TC não só permite a correção dos salários, como também o pagamento dos atrasados. O pronunciamento se deu em virtude de consulta formulada pelo Tribunal de Justiça para fundamentar o pagamento da URV aos servidores.

Na assembleia geral realizada no dia 3 último, a categoria aprovou proposta de que o Sindijus-

PR, ao tomar conhecimento do Acórdão do Tribunal de Contas, deveria fazer o pedido do pagamento dos atrasados e também de que o TJ forneça o valor do crédito individual de cada servidor. Segundo David Machado, diretor do Sindijus-PR, a assessoria jurídica do Sindicato está analisando o Acórdão e vai elaborar o pedido com base na decisão do TC.

## Comando de Mobilização define novas ações

Página 3

Após a assembleia do dia 3, que suspendeu o indicativo de greve da categoria, o Comando de Mobilização definiu novas ações para os servidores continuarem mobilizados. O objetivo é avançar na conquista pelos atrasados da URV.



## União dos servidores garantiu mais uma vitória para a categoria



Gustavo Henrique Vieira

Página 4

A disposição de luta demonstrada pelos servidores durante esses quase 17 meses de mobilizações, mostrou que lutar unido é fundamental para se alcançar objetivos. Desde 2007, a Direção do Sindijus-PR tem percorrido o Estado incentivando a categoria para engrossar o movimento pela conquista da URV. Inúmeras comarcas promoveram atividades.

**TJ TERÁ QUE  
 ESTATIZAR  
 CARTÓRIOS  
 CÍVEIS**

Página 7

**ESTATUTO DOS  
 SERVIDORES  
 JÁ ESTÁ NA  
 ASSEMBLÉIA**

Página 7

## OPINIÃO

## Luta da categoria leva à conquista da URV

A implantação da URV vai ser concretizada agora em outubro. Uma batalha de mais de 17 meses. Um longo caminho percorrido. À frente, a entidade que representa os trabalhadores do judiciário no Estado: o Sindijus-PR.

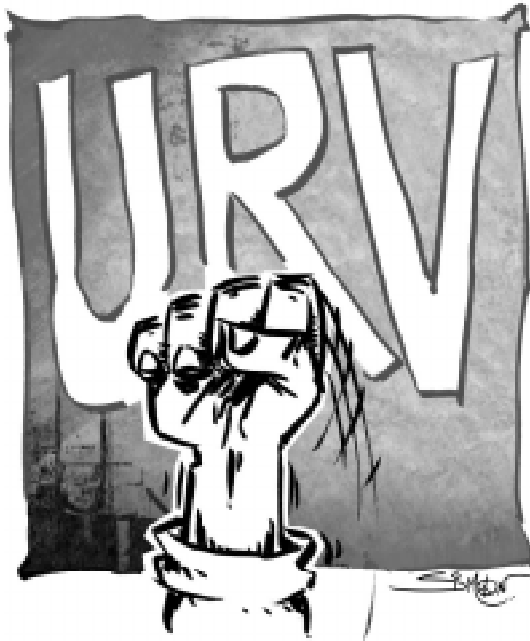
O Sindicato conduziu as negociações com equilíbrio. Endureceu em alguns momentos, mas soube recuar em outros. Recuos que serviram para reorganizar os trabalhadores e avançar novamente.

Desde abril de 2007, até o ato que sacramentou o direito dos servidores, muitas atividades aconteceram: reuniões, assembleias, atos, viagens, idas e vindas a Brasília. Destaque especial aos servidores que viajaram de ônibus a Brasília. Foram acompanhar a sessão de julgamento no CNJ. Mostraram garra na busca de um objetivo.

No caminho da luta foi necessário um dia de paralisação. O embate envolveu muito servidores no Estado. Muito espaço foi ocupado em jornais, rádios e televisão. Serviu para mostrar à população que o Po-

der Judiciário também pratica injustiça. Que comete injustiça quando dá a uma parte dos seus administrados (aos juízes), algo que é negado aos demais (aos servidores).

Parte dessa injustiça foi reparada. Uma parte ainda está sem solução. É o pagamento dos



atrasados. E mais uma vez tem-se que recorrer às comparações. Os juízes receberam os atrasados administrativamente e assim querem os servidores. Nem mais, nem menos, igualdade de tratamento.

Para chegar ao resultado de agora, muito investimento foi feito. Parte dos recursos vieram da mensalidade sindical, contri-

buição dos filiados ao Sindicato. O Sindijus-PR vai deflagrar campanha de sindicalização imediatamente, para mostrar a importância do Sindicato e torná-lo mais forte.

Outras batalhas ainda não foram vencidas. Vão precisar de muito esforço de todos. Entre eles, a ação dos 64%, a extensão dos reajustes aos aposentados do foro extrajudicial. O precatório das pensionistas, apesar de ter superado uma etapa importante, ainda necessita de atenção especial. Outras etapas no caminho dos que não assinaram acordos e dos que assinaram acordos, na ação dos 53%. O projeto que concede risco de vida aos auxiliares administrativos, está pronto para ir à Assembleia Legislativa.

Já está na Casa de Leis a mensagem que cria o estatuto dos servidores do judiciário. A solução para as carreiras das profissionais do SAI é outro grande desafio. Além dos casos relatados, muitas outras questões vão precisar da união e garra de todos os servidores. E para todos eles, o Sindijus-PR é quem pode garantir a unidade no caminho das vitórias.

## cartas



Parabéns pela Vitória

Parabéns aos companheiros do Sindijus-PR, que souberam conduzir essa luta vitoriosa. Acompanhei de perto, mesmo que de longe, cada passo da mobilização.

A conquista é de toda a categoria e, especialmente, dessa direção.

G.S.F.

Mobilização pelos atrasados

Tivemos uma grande conquista com a implantação de URV. Agora devemos fazer uma grande mobilização para receber o atrasados. Por enquanto não devemos fazer greve e nisso estou de acordo com a decisão tomada durante a assembleia.

J.C.S.

Servidores X juízes

É um descaso da administração em relação aos servidores, pois enquanto o Presidente justifica o não pagamento dos atrasados da URV invocando a "Lei de Responsabilidade Fiscal" e término de sua gestão, o próprio Tribunal de Justiça mandou correspondência aos Magistrados com valores retroativos ao auxílio moradia que

J.H.C.

serão pagos à partir de novembro em 36 parcelas. Para os juízes não importa o comprometimento das duas próximas gestões e a tal Lei de Responsabilidade Fiscal. Não dá para entender o critério de tratamento e o descaso da administração do Tribunal em relação aos servidores. Foi isso também que disse o CNJ quando julgou o pedido de pagamento da URV. Temos que ficar em cima, pois se isso ocorrer, os cofres do Judiciário vão ficar comprometidos até 2011 e nunca mais veremos a cor dos nossos atrasados.

C.R.C.B.

URV e auxiliares  
Agradeço a atuação de vocês em relação à implantação da URV. Demorou, mas foi concretizado esse direito reconhecidamente cristalino dos servidores. Sou auxiliar administrativo e confio que os senhores não se esqueceram do risco de vida a que temos direito. Sem a implantação do adicional de periculosidade, o cargo de auxiliar administrativo está fadado ao insucesso. O número de exonerações comprova essa assertiva.

As idéias expostas pelas cartas não refletem a opinião do jornal.

## expediente



ÓRGÃO INFORMATIVO DO SINDIJUS-PR  
SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER  
JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ  
Sede: Rua David Geronasso, 227  
CEP 82540-150 Curitiba • PR  
Fone/Fax: (41) 3075-5555  
conscienciaeluta@sindijuspr.com.br  
www.sindijuspr.com.br

Sistema Diretivo  
Conselho Executivo: José Roberto Pereira (coordenador geral), Mário Cândido de Oliveira (secretário-geral), Dirceu Aguiar de Andrade, David Machado, Edson Fernando da Silva, Vilma A. Demori, Luiz Gonzaga S. do Rego, Rosana Brunow Ventura, Sidney Prado Lima, Marisa Aparecida Soares  
Conselho Deliberativo: Amauri da Silva Fernandes, Antonio Carlos Datto, Cláudio Roberto da Silva, Clóvis

Menger, Dario Aparecido da Costa, Diógenes Nunes de Souza, Edson Prado Lima, Eduardo Arcie Filho, Itacir Antunes dos Santos, João Guedes da Silva, José Douglas Martins, José Paulino Lourenço, Luiz Carlos Lopes, Marco Antonio Cremonese, Marcelo Quentin, Maria Dulcinéia Del Rios, Maria Madalena de Oliveira, Neli Maria Felix, Valmir B. Ferreira, Zeli Martins Fontoura.

Conselho Editorial: David Machado, José Roberto Pereira, Mário Cândido de Oliveira e Sidney Prado Lima.  
Jornalista Responsável:  
Gustavo Henrique Vidal - MTb 5928/PR  
Diagramação: Gustavo Henrique Vidal  
Ilustrações: Simon Taylor  
Projeto Gráfico: Jump! Comunicação  
Impressão: Jornal do Estado

# COMANDO define novos movimentos para a categoria

## Servidores continuarão mobilizações pelos atrasados



Fotos: Gustavo Henrique Vidal

Reuniões continuarão em frente ao Tribunal de Justiça

**A**pós a assembleia do dia 3, que suspendeu o indicativo de greve da categoria, o Comando de Mobilização definiu novas ações para os servidores continuarem mobilizados. O objetivo é avançar na conquista

ta pelos atrasados da URV.

As linhas da mobilização foram aprovadas na assembleia, mas cabe ao comando decidir quando e como realizá-las. A primeira ação definida será o encontro em frente ao Tribunal de Justiça, quinzenal-

mente, sempre às quartas-feiras. O primeiro ocorre já no próximo dia 15. Atividades culturais serão preparadas para cada reunião. Nesses dias, os servidores avaliarão como andam as negociações com a administração e definirão outras atividades.

O comando decidiu, ainda, que a direção do Sindijus-PR deverá intensificar visitas às comarcas e locais de trabalho da capital e interior, mantendo a categoria mobilizada para buscar os atrasados. Será feito também, um levantamento com os sindicatos de outros estados para saber se já receberam a URV e como foi feito o pagamento.

### ASSEMBLEIA

Com a implantação do índice de 11,98%, os servidores acabaram suspendendo o indicativo de greve, mas mantiveram a assembleia em caráter permanente. A categoria não vai abrir mão de ter os atrasados pagos administrativamente, como foi feito à magistratura.

José Roberto Pereira, coordenador-geral do Sindijus-PR, diz que a conquista da URV foi fruto da luta de todos servidores que, em suas comarcas e locais de trabalho, “vestiram a camisa da campanha, seguraram bandeira, penduraram faixas, mostraram sua indignação com a injustiça”.

O ato do presidente do Tribunal de Justiça determina que o percentual seja aplicado nos salários a partir de 1º de outubro, e que o pagamento vai beneficiar a todos os servidores que recebem pelo TJ, entre eles, auxiliares administrativos e aposentados do foro extrajudicial. Em relação aos servidores e pensionistas que recebem pela Parana Previdência, o Sindijus-PR já está em contato para que o reajuste seja extensivo a eles.

## VIDAL COELHO VOLTA A GARANTIR A INFLAÇÃO DE 2008

Depois de confirmar a implantação do índice de 11,98% da URV, o presidente Vidal Coelho voltou a garantir aos diretores do Sindijus-PR, que já incluiu no orçamento de 2009, a reposição da inflação de 2008.

De 2006 até este mês, os servidores tiveram seus salários recompostos em 30,89%. Os índices conquistados são os seguintes: 8,5% referente a inflação de julho de 2004 a dezembro de 2005, incorporados aos salários em janeiro de 2006; 3,14%, que foi a inflação de 2006, aplicados aos salários em janeiro de 2007; 4,46%, que foi a inflação de 2007, reajustados aos salários em janeiro de 2008; e agora, os 11,98% da URV, que será paga no salário de outubro.

“O importante é que as perdas salariais não estão se acumulando como aconteceu no passado. Daquele período ainda temos perdas que precisamos discutir mais a frente. Uma coisa de cada vez. Ainda temos que fechar o capítulo da URV e pelo jeito ainda temos que lutar muito para receber os atrasados”, diz o diretor do Sindijus-PR, David Machado. Para ele, as reposições anuais são uma conquista importante para os servidores. “A reposição anual dos salários faz parte da história do movimento sindical, lembra David”.

O índice a ser corrigido em janeiro de 2009 será conhecido apenas no início do ano, quando Vidal Coelho prometeu que envia a mensagem para a Assembleia Legislativa, antes do término de sua gestão.

Vamos ver como andam as contas da inflação no período. O Tribunal de Justiça tem utilizado o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) para fazer a correção dos salários dos servidores. Este medidor acumula, de janeiro a setembro/2008, 4,75% de inflação e nos últimos 12 meses, 6,25%.

Se o TJ aplicasse os índices do Dieese, que são utilizados pelas entidades sindicais, o resultado seria o seguinte: nos últimos 12 meses, entre outubro de 2007 e setembro de 2008, a alta da inflação é de 6,79%. De janeiro a setembro, a inflação já soma 5%.



Categoria suspendeu o indicativo de greve, mas manteve mobilizações



TRIBUNAL DE JUSTIÇA



ASSIS CHATEAUBRIAND



DOIS VIZINHOS



GUAÍRA



PALOTINA



PITANGA

# URV: Conquista de todos

A disposição de luta demonstrada pelos servidores durante esses quase 17 meses de mobilizações, mostrou que lutar unido é fundamental para se alcançar objetivos. Desde 2007, a Direção do Sindijus-PR tem percorrido o Estado incentivando a categoria para engrossar o movimento pela conquista da URV. Inúmeras comarcas promoveram atividades, paralisando uma hora, 24

horas e até semanas de mobilizações. Comarcas pequenas, médias e grandes, todas mostraram o que a categoria queria. A imprensa, OAB, câmaras de vereadores foram acionadas para apoiar a luta.

“Se não fosse a mobilização dos servidores, não teríamos conquistado nada. A vitória é Sindijus-PR, é dos filiados e de todos os trabalhadores do judiciário que participaram

da caminhada”, afirma o coordenador-geral do Sindijus-PR, José Roberto Pereira. Desde 23 de abril de 2007, quando os servidores de Foz do Iguaçu iniciaram o movimento por melhores condições de trabalho que cresceu e se consolidou. As reivindicações iniciais cobravam melhor estrutura, mais servidores e depois a luta pela URV. O resultado foi a vitória pela conquista da implantação do índice de



CURITIBA



CASCAVEL



TRIBUNAL DE JUSTIÇA



FOZ DO IGUAÇU



CAMPO MOURÃO

FÓRUM CRIMINAL  
CURITIBA



UMUARAMA



FRANCISCO BELTRÃO

11,98% da URV.

“O Sindijus-PR se engrandece com a conquista. O resultado foi positivo em razão da disposição demonstrada pelos servidores. A Capital mostrou força e garra na chegada e foi importante para a conquista. Mas a luta con-



LONDRINA



PONTA GROSSA

tinua. Os atrasados ainda estão pendentes e novas mobilizações já estão previstas. Já começamos a viajar novamente, a conversar com os servidores do interior e da capital para retomarmos as mobilizações a fim de garantirmos nosso direito integralmente”, destaca José Roberto.



TOLEDO



GUARAPUAVA



MARINGÁ



CURITIBA



ARAPONGAS



SANTO ANTONIO DA PLATINA



## aconteceu

### ■ AÇÃO DOS 64

O Estado do Paraná perdeu mais uma vez na ação dos 64%. A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça rejeitou os Embargos Declaratórios propostos pelo Estado. A Procuradoria Geral do Estado agora entrou com recurso extraordinário que pode ir para o Supremo Tribunal Federal (STF). A ação do Sindijus-PR pede diferenças salariais a partir de janeiro de 1992 e já tem decisões favoráveis do juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública e do Tribunal de Justiça (4ª Câmara Cível). O recurso do Estado está no setor de recursos do Tribunal de Justiça, onde aguarda análise para saber se deve ir ao STF ou não. José Roberto Pereira, coordenador geral do Sindijus-PR, disse que o Estado está só ganhando tempo, “retardando a decisão final de uma questão que já foi julgada no Supremo que entendeu que o Estado não podia ter concedido reajustes salariais diferenciados aos servidores”. O advogado do Sindicato, Dr. Daniel Godoy, está analisando se há possibilidade de pedir a execução antes de transitar em julgado a demanda.

### ■ OBRAS NA SEDE URBANA



Os diretores do Sindijus-PR já têm em mãos o projeto que prevê a remodelação da sede urbana. A reestruturação foi aprovada pela categoria, nas assembleias que autorizaram a venda de parte do precatório do Sindicato. A proposta, apresentada pela arquiteta Bianca Wignescki, traz uma alteração total do acesso à sede do Sindicato. Será construída uma nova escada e instalado um elevador para pessoas com problemas de locomoção. No estacionamento, 22 vagas serão disponibilizadas para os servidores que forem à da sede da Entidade. No entanto, o projeto preserva parte do jardim. A Direção já está fazendo o levantamento de custos para que as obras comecem imediatamente. A diretoria estuda ainda a construção de um auditório nos fundos da sede urbana, para a realização de assembleias e encontros.

## jogo rápido

### ■ 2º ENCONTRO DOS ESCRIVÃES E AUXILIARES

O Sindijus-PR já prepara o II Encontro dos Escrivães, Auxiliares de Cartório e Auxiliares Administrativos, que acontece nos dias 18 próximo, em Maringá. O local do evento ainda será confirmado pela direção do Sindicato. Falta de funcionários, excesso de trabalho, ausência de materiais, computadores, trabalho com estagiários (quando aprendem, saem), falta de valorização profissional, baixos salários, e a falta de perspectivas na carreira voltam a ser apontados como os principais problemas. Essas dificuldades foram levantadas no primeiro encontro, que aconteceu no começo do ano, em Siqueira Campos.

### ■ PROFESSOR LEMOS ASSUME VAGA NA ASSEMBLÉIA

O presidente da APP-Sindicato, professor José Lemos, assumirá uma cadeira de deputado estadual na Assembleia Legislativa do Paraná em janeiro de 2009. Lemos ficará com a vaga de Ênio Verri, deputado do PT, que disputou a Prefeitura de Maringá e reassume a Secretaria Estadual de Planejamento.

A vaga de Ênio Verri ainda será ocupada de imediato pelo Professor Luizão, que já exerceu o mandato em 2007, enquanto Verri já exercia a função de secretário do Planejamento. Nestas eleições, Professor Luizão, primeiro suplente do PT, foi eleito para a Prefeitura de Pinhais.

Luizão fica na Assembleia até o fim do ano, em janeiro ele assume a Prefeitura de Pinhais. Professor Lemos, segundo suplente, assume a vaga. Lemos deixa a presidência da APP-Sindicato no fim deste ano, ele será substituído por Marlei Fernandes de Carvalho.

### ■ VII CONSEJU DA FENAJUD

A Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados (Fenajud) realiza nos dias 13, 14 e 15 de novembro, em Brasília, o VII Conseju: "Avanços, Perspectivas e estratégias de ação sindical". O congresso envolve representantes de sindicatos de todos os estados. Entre os temas que estão na pauta do encontro, estão a PEC 190/07 (que trata do anteprojeto do Estatuto dos Servidores do Judiciário Nacional). Serão discutidas as situações em cada Estado, que ficarão a cargo das direções das entidades sindicais. Outros assuntos que serão debatidos como a Previdência no Serviço Público; Aposentadoria Especial; Direito de Greve e Negociação Coletiva no Serviço Público. Além dos temas destacados, o Congresso vai eleger a nova diretoria executiva e conselho fiscal da entidade, vai aprovar reforma estatutária e ratificação de filiação a entidades sindicais de grau superior.

#### Convênios

Dentista - Alber Formagio – 35% de desconto - 41 3282-5991  
Despachante - Marcos Antonio de Camargo – 30% de desconto - 41 3253-1862  
Odontologia - Ondonto Empresa convênio permanente direto com o Sindijus-PR

SERVIDORES de todo o Estado foram ouvidos

# Pesquisa mostra satisfação com atuação do Sindijus-PR

Levantamento mostrou as lutas que os trabalhadores esperam que o Sindicato encaminhe para melhorar a estrutura do Judiciário

O Sindijus-PR encomendou, no mês de julho, uma pesquisa de opi-

nião para que os servidores avaliem o trabalho do Sindicato. A consulta serve para medir o desempenho e a aceitação da Enti-

dade e apontar o que os servidores esperam do seu órgão de representação. O estudo, feito pela empresa Ethica e Consultoria Estatística, realizado no período de 14 a 26 de agosto, apresenta uma margem de erro de 5,5% e 95% de confiança.

O Índice Geral de Satisfação, soma de todas as perguntas feitas, mostra que 76,1% dos entrevistados

aprovam a atuação do Sindijus-PR. Foram ouvidos 300 ser-

vidores. Destes, 72,2% são filiados há mais de 10 anos.

Questionados sobre a situação do local de trabalho, os entrevistados atribuíram nota 6 para estrutura. No entanto, revelaram muita preocupação com a prestação de serviço se as condições de trabalho não forem ampliadas e melhoradas. Mais funcionários, falta de equipamentos e materiais, foram alguns dos itens apontados como os mais urgentes.

Quanto às lutas da categoria,

os servidores, tanto da capital como do interior, afirmaram que o Sindicato precisa concentrar es-

forços para garantir melhores salários. "Acredito que esta reivindicação se deve ao fato de a categoria ter quase 70% de perdas. Os

salários são baixos se comparados com os da justiça federal", diz José Roberto Pereira, coordenador-geral do Sindijus-PR. A maioria dos servidores, 11,3% na capital e 9,5% no interior, apontou pelo investimento do Sindi-

cato em lutar por melhores salários. O Plano de Carreira também foi lembrado por 9,9% dos entrevistados da capital e 5,7% do interior.

Sobre as atividades do Sindicato, 93% na Capital e

92,4% do interior, afirmaram que o Sindijus-PR deve manter os encontros e seminários estaduais. "É um trabalho que precisa ser permanente. A categoria convive com diversos problemas e precisamos saber todos eles", diz José Roberto.

#### COMUNICAÇÃO

Quanto aos meios de comunicação do Sindicato, os servidores atribuíram nota 7,8 para site e o boletim eletrônico do Sindijus-PR.

Média parecida com a avaliação do jornal Consciência & Luta, que recebeu nota 7,7. E 80% das comarcas e locais de trabalho afirmaram que receberam visita de algum diretor do Sindicato.

#### PATRIMÔNIO

A compra da sede própria foi um dos destaques da pesquisa.

86%

é importante a sede própria

Para mais de 86% dos entrevistados do interior, ter um imóvel do Sindicato é importante para a categoria. Na capital o índice chegou a

84,5%, dos entrevistados que destacaram a compra da sede como fundamental para o Sindijus-PR.

Sobre uma colônia de férias no litoral, 79,1% dos entrevistados do interior aprovam a sede na praia. Na capital, 62,6% tem interesse na aquisição em tal investimento.

#### NÃO FILIADOS

A pesquisa também ouviu servidores não filiados ao Sindicato. O levantamento mostra que 92% dos entrevistados reco-

79%

querem sede na praia

nhecem a importância da atuação do Sindijus-PR na luta pelos direitos dos trabalhadores. A pesquisa mostra ainda que 66% têm interesse em se filiar.

76,1%

aprovam a atuação do Sindijus-PR

93% e 92,4%

concordam com encontros estaduais

PROPOSTA do Tribunal de Justiça já está na Assembléia Legislativa

# Sindijus-PR vai propor mudanças em artigos do Estatuto dos Servidores

O Sindijus-PR vai apresentar mudanças na proposta do Estatuto dos Servidores do Judiciário que está na Assembléia Legislativa. Dois pontos precisam ser alterados: em relação à licença maternidade e liberação para desampenho de mandato sindical.

No primeiro, a questão do afastamento das gestantes não foi resolvida. O projeto do TJ prevê 120 dias de licença maternidade, quando uma lei federal já alterou o período da licença à gestante que trabalha no serviço público, para 180 dias. "Mário Cândido de Oliveira, secretário geral do Sindijus-PR diz que os próprios deputados já poderiam se manifestar so-

bre o prazo da licença, mas que o Sindijus-PR vai apresentar emendas para adaptar a legislação estadual à Lei Federal". Mário lembra que a Lei 11.770 foi sancionada pelo presidente Lula no dia 9 de setembro último.

Ainda para Mário Cândido, a ampliação da licença maternidade para 180 dias é fundamental para servidoras aumentarem o vínculo com os filhos nos primeiros meses de vida. "A licença de seis meses não vai apenas possibilitar o atendimento das necessidades básicas dos bebês, como também permitirá que a funcionária regresse em melhores condições ao trabalho", destaca Mário.

Quanto à liberação de servidores, para exercer atividade sindical, o Sindijus-PR vai pedir a retirada do parágrafo segundo, do artigo 133, que diz: "a licença (liberação) terá duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada por um única vez no caso de reeleição...".

Os diretores da Entidade entendem que a manutenção do § 2º fere a liberdade e autonomia sindical prevista na Constituição Federal e precisa ser retirado da mensagem, e mais, já que existe legislação que trata da matéria no Paraná. "Uma lei estadual já regulamentou a liberação de dirigentes sindicais. Não ha-

via necessidade de buscar fundamentação em outras leis", diz Mário Cândido.

## O PROJETO NÃO TRATA DE CARREIRAS

Em relação às carreiras não haverá alterações. Já ficou definido que o Plano de Carreira é quem deverá regulamentar sobre cargos e carreiras.

As questões relacionadas a gratificações já foram resolvidas também. Na primeira proposta, o Tribunal retirava o direito a algumas gratificações, que hoje são estendidas aos servidores. O Sindijus-PR apresentou emendas aos desembargadores que compõem o Órgão Especial e os artigos foram alterados.

## CNJ dá prazo de 12 meses para TJ estatizar cartórios

O Tribunal de Justiça deverá estatizar todas as serventias judiciais, criadas de forma privada e inconstitucional, depois de 1988. O prazo para a estatização é de 12 meses, regularizando o funcionamento das unidades, inclusive com a substituição dos titulares atuais e servidores não integrantes do quadro de pessoal do Poder Judiciário paranaense. A determinação é do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), adotada na terça-feira (7) com a aprovação de Procedimento de Controle Administrativo 200810000013759.

Pela decisão, os titulares ficarão no cargo durante a transição, desde o período para a realização de concurso público até a posse dos novos servidores públicos. Atualmente, 197 cartórios judiciais do Estado estão privatizados. Será necessário levantamento para saber quantos foram criados depois de 1988.

No processo, relatado pelo conselheiro Paulo Lôbo, foi decidida a anulação do concurso público para o cargo de escrivão da serventia cível do Foro Regional de Fazenda Rio Grande, na comarca da Região Metropolitana de Curitiba, porque a unidade estava com natureza privada e não pública, como determina a Constituição. O questionamento foi feito por representantes do Ministério Público do Paraná e da Ordem dos Advogados do Brasil.

A serventia judicial em questão foi criada em 1999, o que contraria a Constituição de 1988 e o Código de Organização Judiciária do Paraná. Entre as determinações do CNJ, está o levantamento das receitas das serventias judiciais privatizadas, para serem apresentadas ao Conselho, que também autorizou a permanência dos funcionários nas serventias até o preenchimento dos cargos, para evitar a descontinuidade dos serviços.

## Risco de Vida volta à Assembléia



Diretores buscaram informações com o desembargador Antonio Lopes de Noronha

O projeto de lei que prevê o adicional de risco de vida, para os auxiliares administrativos, está pronto para retonar à Assembléia Legislativa.

O Tribunal de Justiça havia enviado a proposta para os deputados analisarem, mas acabou retirando para ampliar o projeto e apresentar o impacto financeiro no orçamento.

As informações passadas aos

diretores do Sindijus-PR dão conta que, além dos auxiliares administrativos, motoristas e os demais servidores que trabalham efetivamente nos cartórios criminais, receberão o adicional de risco de vida.

O Sindijus-PR já mantém contato com deputados visando agilizar a votação do projeto nas comissões e no plenário, para que a gratificação seja implantada rapidamente.

RETIRADA dos trabalhadores pode causar colapso nos cartórios

# Insatisfação no Fórum Criminal une servidores e juízes

Muitos funcionários estão há mais de 10 anos no fórum e remoção para outros setores do Tribunal de Justiça pode prejudicar o andamento dos processos



Gustavo Henrique Vidal

■ Sem entendimento, servidores não aceitam transferência

A intenção do Tribunal de Justiça de chamar de volta os servidores da Secretaria, que estão lotados no Fórum Criminal de Curitiba, causou revolta em todos os setores daquele local de trabalho. Desde segunda-feira, os servidores não conseguem trabalhar pela insegurança que a situa-

ção gerou.

Há descontentamento dos servidores, dos escrivães e dos próprios juízes. "São trabalhadores que estão prestando serviços no fórum criminal há mais de 10 anos", diz José Roberto Pereira, coordenador-geral do Sindijus-PR, completando que "de uma hora para

outra são chamados de volta ao Tribunal".

A revolta dos juízes é de que o Tribunal de Justiça não mandou um aviso sequer de que os funcionários seriam convidados a deixar o fórum criminal. "São trabalhadores imprescindíveis na estrutura de trabalho do local, justo num momento em que vai haver necessidade de mais servidores em função de mudanças nas regras de contratação de estagiários", no entendimento de um dos juízes presentes à reunião, ocorrida hoje dia 9. Dela participaram duas representantes do TJ, servidores, um juiz representando os magistrados do fórum criminal e a direção do Sindijus-PR.

Os servidores, em sua maioria, decidiram não preencher um questionário sugerido pelo Tribunal, preferindo aguardar

a reunião dos juízes com o presidente do Tribunal de Justiça, que deve ocorrer nos próximos dias, mas reafirmaram que não aceitam o remanejamento proposto pelo Departamento Administrativo.

"Eles preferem continuar trabalhando no fórum criminal, onde dizem produzir muito mais", destaca José Roberto. Ele conclui dizendo que não vê razão de a administração do TJ estar mexendo desta forma com os trabalhadores, pois a gestão no TJ está por terminar e indaga "se não é melhor deixar que a nova direção do Tribunal faça essa discussão com os servidores".

A mobilização dos trabalhadores vem recebendo apoio de várias entidades, dentre elas, a OAB-PR e Associação dos Advogados Criminalistas.

de olho nas datas 

■ 18 de outubro

O Sindijus-PR realiza o 2º Encontro Estadual dos Escrivães, Auxiliares de Cartório e Administrativos, em Maringá. O local ainda será confirmado pela Direção.

■ 13 de novembro

A Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados (Fenajud) realiza nos dias 13, 14 e 15 de novembro, em Brasília, o VII Conseju: "Avanços, Perspectivas e estratégias de ação sindical". O congresso envolve representantes de sindicatos de todos os estados.

■ 19 de novembro

O Núcleo Piratininga de Comunicação realiza o 14º Curso do NPC, entre os dias 19 e 23, no Rio de Janeiro. O NPC é comandado por Vito Giannotti, que ministrou cursos para o Sindijus-PR.

■ 5 de dezembro

O Sindijus-PR realiza o VIII Torneio Inter-judiciário do Paraná. Os servidores e trabalhadores da justiça paranaense poderão se inscrever em 15 modalidades. Os jogos serão disputados em Curitiba até o dia 8.

■ 15 de dezembro

Acontece as Eleições do Sindijus-PR. A chapa vencedora vai administrar o Sindicato no triênio 2009/2012.

## ELEIÇÕES: PRAZO PARA INSCREVER CANDIDATURAS TERMINA DIA 16

Os interessados em concorrer às eleições do Sindijus-PR têm prazo até o dia 16 para registrar chapas para a Diretoria Colegiada ou inscrever candidatura individual para o Conselho Fiscal. As inscrições estão abertas desde o dia 17 de setembro, quando foi publicado o edital que convoca as eleições, no jornal O Estado do Paraná. As inscrições po-

dem ser feitas na Secretaria do Sindijus-PR de segunda a sexta-feira, entre as 8h30min e 17h30min.

Poderão participar do processo eleitoral, com direito a voto, os filiados ao Sindicato que, na data das eleições, contarem com pelo menos 180 dias de inscrição no quadro sindical.

Os pedidos de registro de candidaturas deverão ser endereçados à Comissão Eleitoral em duas vias com

os documentos necessários (ficha de qualificação), respeitando os requisitos previstos no Regimento das Eleições e no Estatuto do Sindicato.

As chapas concorrentes à eleição para a Diretoria Colegiada deverão apresentar os nomes dos 10 integrantes do Conselho Executivo, com a especificação dos cargos de coordenador-geral e secretário-geral, além da composição do

Conselho Deliberativo, com mínimo de 14 candidaturas. Cada chapa inscrita também vai indicar um representante para a Comissão Eleitoral, que já é composta por cinco integrantes escolhidos pela assembleia geral.

As eleições acontecem no dia 15 de dezembro e a chapa vencedora vai administrar o Sindicato no triênio 2009/2012.